



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria do Tribunal Pleno



RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 160/2017

Aprova a proposta de supressão imediata da figura do Juiz Revisor nas ações rescisórias e dissídios coletivos, no âmbito deste Regional.

O Egrégio Tribunal Pleno do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, em sessão administrativa hoje realizada, sob a Presidência da Excelentíssima Desembargadora Eleonora Saunier Gonçalves, com a presença dos Excelentíssimos Desembargadores Solange Maria Santiago Moraes, Francisca Rita Alencar Albuquerque, David Alves de Mello Júnior, Lairto José Veloso, Ormy da Conceição Dias Bentes, Jorge Alvaro Marques Guedes, Vice-Presidente; Ruth Barbosa Sampaio, Maria de Fátima Neves Lopes, José Dantas de Góes, Márcia Nunes da Silva Bessa, e da Juíza Convocada Joicilene Jerônimo Portela Freire, Titular da Vara do Trabalho de Presidente Figueiredo, e da Excelentíssima Procuradora-Chefe da PRT - 11ª Região, Drª. Fabíola Bessa Salmito Lima, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil) não reproduz a regra do art. 551 da Lei nº 5.869/73, CPC de 1973;

CONSIDERANDO a Emenda Regimental do TST nº 7, de 23 de maio de 2016;

CONSIDERANDO que o Regimento Interno deste Regional está em fase de atualização, tendo o Tribunal Pleno, inclusive, já analisado a proposta de alteração do art. 68 e §§, referente à supressão da figura do Juiz Revisor, cuja vigência está aguardando o término da análise dos demais artigos;

CONSIDERANDO o teor do Ofício STP nº 03/2017/CRI, subscrito pela Desembargadora Francisca Rita Alencar Albuquerque, Presidente da Comissão do Regimento Interno, bem como as demais informações do Processo TRT nº 65/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a proposta de supressão imediata da figura do Juiz Revisor nas ações rescisórias e dissídios coletivos, no âmbito deste Regional.

Art. 2º Autorizar que a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação- SETIC e o Núcleo de Apoio ao PJe - NAPE procedam as alterações que se fizerem necessárias para a supressão da figura do Revisor no Processo Judicial Eletrônico.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 7 de junho de 2017


ELEONORA SAUNIER GONÇALVES
Desembargadora Presidente do TRT da 11ª Região